

“A Grama Do Vizinho É Sempre Mais Verde, Que A Minha”? Um Estudo Comparativo Entre Os Países Da Aliança Do Pacífico E O Brasil No Enfrentamento Da COVID-19.

Jamille Carla Oliveira Araújo, PHD

Universidade Federal De Pernambuco (UFPE)

Av. Dos Economistas S/N, Cidade Universitária, Recife- PE, Brasil.

Fernando Gentil De Souza, PHD

Professor Universidade Federal De Pernambuco (UFPE),

Av. Dos Economistas S/N, Cidade Universitária, Recife- PE, Brasil +558198678112

Marco Antonio Lara Martínez, PHD

Professor At The Center For Studies For Municipal Development And Public Policies

Autonomous University Of Chiapas, +529612558799

Agostinha Patrícia Silva Gomes, PHD

Polytechnic University Of Cávado And Ave Higher School Of Management (IPCA)

Campus Do IPCA, Lugar Do Aldão, 4750-810 Barcelos, Portugal.

Resumo

Este artigo tem como objetivo comparar as iniciativas do Brasil e dos países da Aliança do Pacífico (AP) (Chile, Colômbia, México, Peru) no enfrentamento da Covid 19. Esta pesquisa exploratória foi utilizada com dados governamentais de páginas da web. A amostra resultou em 96 estados: 31 do México, 27 do Brasil, 22 da Colômbia e 16 do Chile. A análise textual foi realizada com o software Iramuteq 2.0, nuvens de palavras, análise fatorial combinatória e raiz de palavras para medir a similaridade, considerando duas categorias (i) incentivos fiscais e trabalhistas e (ii) apoio ao empreendedorismo e legalização. Os resultados da pesquisa mostraram que cada país adotou medidas iguais em termos de distanciamento social, porém diferentes em termos de tributação devida, onde Brasil, México e Colômbia adotaram medidas iguais em termos de descentralização dos incentivos fiscais sendo realizada pelos estados, à isenção e prorrogação do pagamento de tributos. No Chile e no Peru, as medidas foram estruturadas por meio de cartilhas de orientação, que contêm todos os decretos, leis, diretrizes e a instituição de programas de apoio a vulneráveis, empreendedorismo, linhas de crédito e isenção da taxa de legalização. Este estudo contribui mostrando que o Brasil e os 4 países da AP adotaram diferentes medidas de apoio e maior divulgação de dados de transparência.

Palavras-chave: Aliança do Pacífico; COVID-19; Incentivos Fiscais e Trabalhistas

Date of Submission: 13-03-2024

Date of Acceptance: 23-03-2024

I. Introdução

A Pandemia do Coronavírus 2019 (COVID-19) trouxe graves consequências sociais e econômicas para a saúde pública e financeira dos governos e organizações. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 uma Pandemia, em 11 de março de 2020, como uma emergência de saúde pública de interesse internacional cujos efeitos levaram a uma crise global. Devido a uma taxa de mortalidade superior à Influenza (H1N1), a doença foi considerada de altíssimo risco pelo relatório da OMS (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2021, Worldmeter, 2020).

A pandemia lançou desafios iniciais para governos em todas as partes do mundo (Tavares, Silveira & Paes-Sousa, 2020, Fairlie, 2020, Organização Mundial da Saúde [OMS], 2020) e as respostas dos países tiveram que ser imediatas e contínuas na sociedade (Vivas e Villar, 2020).

Os impactos causados pelas mudanças contínuas obrigaram as empresas a encontrar soluções para os desafios impostos pelo macroambiente, pois esse quadro de mudanças é contextualizado em todos os ambientes: local, nacional e internacional, gerando novas ondas, tendências e descontinuidades causando inquietação e incerteza (Araújo, Souza, Gonçalves, & Silva, 2020, Mujeres & CEPAL, 2020).

A resposta global ao COVID-19 foi diferente entre os países. Na China, o primeiro a notificar a infecção incluiu imediatamente ações antipandêmicas com o uso de estratégias inovadoras de comunicação de risco e contenção de epidemias. Destaque para a construção em tempo recorde de 100 mil leitos para o tratamento da doença e a implantação de um sistema nacional com informações para pesquisa (Pedroso, Pires, Malik, & Pereira, 2021, Yang, et al., 2021).

Na Itália e nos Estados Unidos, além das medidas de distanciamento, havia medidas fiscais e de proteção social para os vulneráveis, incluindo o uso do fundo de auxílio aos trabalhadores (Huynh, 2020; Mushed, 2020, Gopinath, 2020). Na América Latina, problemas de infraestrutura do sistema de saúde e questões socioeconômicas obrigaram as regiões a adotar medidas de distanciamento, isolamento social, restrições e suspensão de viagens (Miller, Loaiza, Takyar & Gilman, 2020). A vivência da capacidade de resposta à pressão provocada pela Pandemia revela as fortalezas e debilidades que emergiram neste período que ficou marcado para a humanidade.

Nos países participantes da Aliança do Pacífico (AP), formada por quatro países: Chile, Colômbia, México e Peru, ao lado do Brasil, as respostas à COVID-19 foram realizadas de acordo com as necessidades de cada região, incluindo medidas no âmbito federal nível, estadual e municipal. Além das medidas de fechamento de fronteiras pelas forças militares, as cidades foram colocadas sob bloqueio para conter a doença (Giovannella et al, 2021, Passos, & Acácio, 2021, Araújo, Souza, Gonçalves, & Silva, 2020, Mujeres & CEPAL , 2020).

Nesse sentido, tanto os países da AP quanto o Brasil aderiram à mudança de suas políticas operacionais, práticas usuais e prioridades diante da ameaça à saúde e à vida das populações (Harvard Business School [HBS], 2020). Assim, os governos de cada país responderam de forma diferente a esta pandemia, alcançando níveis de sucesso que variaram entre si, seus estados e adaptados às diferenças das regiões (Araújo, Souza, Gonçalves, & Silva, 2020, Brinks, & Ibert, 2020).

Considerando a urgência da crise provocada pela Pandemia, e a importância das respostas governamentais no combate aos efeitos econômicos, sociais e tecnológicos, a questão norteadora desta pesquisa é: “Quais foram as medidas e incentivos tributários e trabalhistas, de apoio ao empreendedorismo e legalização de empresas concedida por governos do Brasil e dos países da Aliança do Pacífico?

Nesse contexto, novos caminhos de pesquisa foram abertos para explorar os efeitos econômicos, sociais e tecnológicos no controle da disseminação do COVID-19. O objetivo deste estudo é comparar as iniciativas dos governos estaduais do Brasil e dos países da Aliança do Pacífico (AP) (Chile, Colômbia, México e Peru) contra a Covid-19. A partir da análise comparativa realizada com o software *Iramuteq 2.0* , as iniciativas foram classificadas em duas medidas: (i) incentivos fiscais e trabalhistas, (ii) apoio ao empreendedorismo e legalização. Essas iniciativas, estratégias e incentivos de Política Fiscal atingem diretamente a contabilidade, as finanças públicas e as empresas.

Neste sentido, apresentação de uma visão geral comparando os incentivos concedidos durante o COVID-19 na Aliança do Pacífico (AP) e no Brasil, 5 das economias mais importantes da América Latina, permitia análise de seus efeitos a partir da esperada recuperação econômica pós-COVID-19.

Portanto, vale aproveitar a contabilidade como força constitutiva capaz de participar da transformação de preferências, decisões, comportamentos de indivíduos, organizações, instituições, mercados e sociedades (Tregidga, & Laine, 2021), permitindo a avaliação de um discurso dos países ao mesmo tempo, que cria oportunidades, apresenta desafios, e demonstra a sua capacidade de resposta à crise do COVID-19.

II. Antecedentes

Brasil e países da Aliança do Pacífico enfrentando a Pandemia do COVID-19.

A AP é composta pelos países: México, Chile, Peru e Colômbia. Seu objetivo é integrar as economias dos membros participantes com a livre circulação de bens, bens e serviços, pessoas e capitais. Além de trazer projeção política e comercial, o bloco criado em 2012 possui estratégias de comércio internacional, principalmente com a Ásia (Cosio Borda, 2021, Pennaforte, 2017).

O dinamismo econômico dos países desse bloco pode ser justificado pelos conjuntos de acordos extrarregionais firmados pelos integrantes da AP. O Chile possui 13 acordos, seguido pelo Peru com 8 acordos, México com 6 acordos e Colômbia com 5 acordos (Cepik & Rodríguez, 2020). Esse contexto tem permitido que grandes e pequenas empresas ampliem suas atividades e atuem em âmbitos internacionais, estabelecendo, assim, representações comerciais fora do território local (CEPAL, 2021).

Inicialmente, em resposta ao COVID-19, cidades, regiões e países inteiros foram colocados sob bloqueio, alguns repetidamente, para limitar a propagação do vírus. Alguns setores da economia foram fechados ou colocados sob enormes restrições de saúde e segurança, na tentativa de impedir que as pessoas se movimentem e interajam fisicamente (Tregidga & Laine, 2021, HBS, 2020, Brinks & Ibert, 2020, Blackman et. al. , 2020).

Durante os primeiros meses de propagação da doença, o México declarou estado de emergência devido à pandemia em 30 de março de 2020. A doença chegou em um momento de importantes transições políticas e econômicas, com a assinatura de vários instrumentos que reconheciam direitos e deveres no país,

independentemente de sua cultura, cor da pele, sexo ou idioma (Amaya, 2021, Martínez, 2021, Félix Mendoza, Canseco Gómez, Pérez Verdía Canales & Saade Hazin, 2021, Bhusal, 2020).

No México, as medidas de apoio ao emprego emitidas incluíram a concessão de microcrédito sem juros e um período de carência de três meses. Houve adiantamentos para pagamento de pensionistas e beneficiários com deficiência, equivalentes a quatro meses de remuneração (Caldera-Villalobos *et. al.*, 2020). Os estados mexicanos adotaram diferentes medidas e direcionaram grandes quantias de recursos financeiros para assistência médica, equipamentos de proteção e infraestrutura temporária. Além de incluir incentivos de diferentes maneiras para ajudar a economia, organizações privadas e cidadãos individuais (Amaya, 2021, Cervantes Holguín, 2020, López, González, Romero, Paez e Ascencio, 2020).

No dia 5 de fevereiro de 2020, o Chile dispensou um alerta nacional de saúde devido ao Covid-19. Em 3 de março de 2020, notificou seu primeiro caso e em 18 de março ^{declarou} estado de emergência que incluía toque de recolher em todo o território, isolamentos e quarentenas em certas regiões e grupos (Tariq *et al.*, 2021, Gozzi, Tizzoni, Chinazzi, Ferres, Vespignani & Perra, 2021, Colichi, Gómez-Urrutia, Jimenez-Figueroa, Nunes & Lima, 2020). Em 2 de abril de 2020, foram iniciadas medidas de proteção ao trabalho formal, subsídios à renda familiar, atenção aos trabalhadores informais sem a proteção do seguro-desemprego e assistência aos microempreendedores e empreendedores por meio de linhas de crédito garantidas. (Villalobos Dintrans, Browne Salas & Madero-Cabib, 2020). Sinaliza-se que o Chile foi o primeiro país da América Latina a iniciar a vacinação em 27 de dezembro de 2020 (OPAS, 2021)

Na Colômbia, o primeiro caso identificado ocorreu em 6 de março de ²⁰²⁰, e em 12 de março ^{foi} instituído estado de emergência sanitária com medidas de isolamento social, quarentena, proibição de aglomerações e fechamento gradual de atividades comerciais não essenciais (Mejía, 2020). Entre as iniciativas de apoio ao rendimento e ao emprego, esteve a autorização de utilização do Fundo Nacional de Garantia para o reforço da banca e alívio financeiro aos cidadãos (taxa solidária para a COVID-19), microempresários e empresas, e medidas de incentivo econômico aos trabalhadores e agricultores no campo, para garantir o abastecimento de produtos agrícolas e a segurança alimentar (Parlamento Andino, 2021, Pinzón, 2020).

No Peru, em 11 de março de 2020, foi instituído estado de emergência sanitária por noventa dias. Em seguida, em 15 de março de 2020, foram tomadas medidas para autorizar a concessão de subsídios a trabalhadores diagnosticados com COVID-19 e a concessão de adiantamentos por beneficiários de programas nacionais. Segundo Tenório (2020), a informalidade no Peru é alta e é retratada como o maior problema do mercado de trabalho, que é um problema não resolvido. Em 20 de março de 2020, o governo peruano criou o Fundo de Apoio Empresarial para Micro e Pequenas Empresas para apoiar capital de giro e reestruturação e refinanciamento de dívidas.

Para alguns estudos, a informalidade e a precariedade laboral levaram em parte à desobediência à quarentena, com origem nas realidades econômicas que impediram um setor da população de cumprir (Barrutia Barreto, Silva, Henry, & Sánchez, 2021, Lossio, 2021). Não obstante, o comércio, mesmo limitado em alguns bairros da capital, a superlotação de alguns bairros trouxe uma realidade econômica precária e informal, o que contribui para que os peruanos ignorem a decisão de ficar em casa (Lossio, 2021).

No Brasil, em 26 de fevereiro de 2020, foi confirmado o primeiro caso, e foram dadas as medidas iniciais da Organização das Nações Unidas (ONU), isolamento e quarentena. A resposta ao COVID-19 foi estabelecida pelas esferas de governo municipal, estadual e federal. O que permeou um cenário repleto de embates políticos em decorrência das decisões de isolamento social horizontal, o adiamento do fechamento de empresas com atividades não essenciais, que se repetiram em uma acalorada narrativa presidencial (Araújo, Souza, Gonçalves & Silva, 2020). O Brasil lidera, juntamente com o Peru, os investimentos no combate à pandemia, com peso significativamente maior para as transferências, fundamentais para as populações mais vulneráveis (Tavares, Silveira & Sousa, 2020).

Transparência e governo eletrônico nos países da Aliança do Pacífico (AP) e no Brasil durante a COVID-19

A transparência exerce influência na prestação de contas, pois constitui um conjunto de informações capaz de revelar os agentes públicos e seus resultados (Santos, & Mota, 2020). Para Martins & Oliveri (2019), a transparência é estruturada de acordo com a política pública do país na prestação de contas dos agentes.

No campo das políticas públicas e gestão Marks-Sultan, *et. al.* (2016) ratificam a importância da OMS na promoção da transparência e capacitação. Nesse sentido, a transparência vem apresentar à sociedade as tarefas desempenhadas pelos gestores públicos, proporcionando acesso a dados para o controle de suas ações pelo cidadão (Braga & Gomes, 2016, Cruz, Silva & Santos, 2010,). Assim, destaca-se na Tabela 1 o ranking de transparência dos países de estudo, segundo o índice de percepção de corrupção.

Tabela 1
Ranking de transparência da Aliança do Pacífico e do Brasil

Ranking Position	Country	Total of points
94	Brasil	38
25	Chile	67
92	Colômbia	39
124	México	31
94	Peru	38

Fonte: Transparency International, 2021, Corruption Perception Indexes 2020, available at: <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/ipc-indice-de-percepcao-da-corrupcao-2020>

A Tabela 1 demonstra que, independentemente do país, a transparência só ocorrerá se o governo realizar um processo de comunicação de informações e apresentação de suas atividades aos cidadãos. Em relação à pandemia, a comunicação se dá por meio de um somatório de endereços (sites) importantes como a página da secretaria de saúde e páginas específicas para tratar do assunto (Gonçalves, Souza & Araújo, 2020).

Segundo Gomes (2021) no contexto da pandemia, houve ganhos quanto às oportunidades de identificar falhas e corrigir procedimentos, bem como a identificação do momento de responder aos efeitos da COVID-19 na secretaria de saúde. Para complementar isso, Chen et al. (2020) e Olufadewa et al., (2021) imaginam que os momentos de crise permitem ao cidadão não só procurar informação, mas estar bem informado para não entrar em pânico.

No caso de um desastre, coletar e compartilhar informações oportunas sobre infraestrutura, provisão de recursos e necessidades torna-se essencial para desenvolver uma compreensão das condições existentes e coordenar uma resposta eficaz (Pettit e Beresford, 2009). Isso se repetiu em todo o mundo e permitiu a reinvenção das atividades laborais, por exemplo, algumas atividades foram mantidas remotamente com a adoção do teletrabalho e outras tiveram diferentes escalas de tempo (Santos, & Mota, 2020).

Ainda que queiramos padronizar as ações do COVID-19 e pareça benéfico fazê-lo, deve-se refletir sobre o contexto cultural de cada país e o acesso à informação pela internet aos mais vulneráveis. Vale ressaltar que alguns países só deram os primeiros passos quando as mortes aumentaram e o número de pessoas contaminadas cresceu exponencialmente, como foi o caso do México, Chile e Brasil (Tavares et. al, 2020).

III. Teoria Da Contingência

Na década de 60, o pensamento clássico de organização assevera a validade da melhor maneira de organizar e estruturar. Dessa forma, todas as organizações devem ter uma estrutura idêntica. A palavra contingência está vinculada à incerteza e casualidade, sendo está associada a fenômenos que fogem ao controle de uma pessoa, física ou jurídica (Chen *et al.*, 2002).

A TCON parte da abordagem de que há inúmeros fatores com possibilidade de alterar a dinâmica das organizações. Diante desses fatores contingenciais, as organizações públicas ou privadas, identificam e respondem às alterações propostas pelo ambiente interno e externo e classificam essas respostas como apropriadas ou disfuncionais (Burns & Stalker, 1961).

Neste ponto, se faz necessário reconhecer que não há uma estrutura organizacional única que seja altamente efetiva para todos os tipos de organizações. A organização ideal é contingente independente dos fatores contingentes em seu meio externo ou interno (Sell, Beuren, & Lavarda, 2020). Portanto, para obter a otimização organizacional torna-se necessário adequar alguns fatores denominados como contingenciais, tais como estratégia, tamanho, tecnologia e incerteza em relação às atividades. Nesse sentido, a abordagem contingencial encara a organização como uma entidade que possui a capacidade de se adaptar funcionalmente à sociedade onde encontra-se e faz parte.

Com o avanço da discussão da TCON observou-se que a eficácia da estrutura organizacional dependerá do contexto da organização. Mesmo que diante das circunstâncias organizacionais a alteração em um aspecto de contingência torna-se, um fator preditor direto da mudança de estrutura. Redirecionando a abordagem do estudo para a análise da interação entre uma parte importante de uma organização e seu ambiente externo.

A partir desses fatores, os aspectos da TCON remetem sua compreensão como um sistema aberto, adaptativo às contingências do ambiente (Fagundes *et. al.* 2010). Nesta perspectiva, o modelo contingencial alude a fatores e a atores no contexto em que o processo de mudança ocorre (Lüder, 1992). Podendo influenciar na capacidade de tomada de decisão e no comportamento organizacional (Donaldson, 2001).

Os componentes do modelo contingencial são: o estímulo do processo da reforma, as características sociais e estruturais de um país, os atributos do seu sistema político administrativo e a existência de barreiras de implementação. Nesses modelos se avaliam os vários fatores do contexto das mudanças da Contabilidade

Aplicada ao Setor Público (CASP) de um país, as relações entre si e as tentativas e esforços de inovações, medidas financeiras, que permitem avaliar a probabilidade e o sucesso de suas ocorrências no período de COVID-19.

O modelo inicial de Contingência pondera que essas variáveis são consideradas fatores relevantes para explicar um processo de mudança da CASP. Segundo Lüder (1992) o Modelo de Contingência de Inovações Contábeis Governamentais (MCICG) por mais que contemple componentes comportamentais em sua estrutura, sendo um marco nos processos de inovação contábil do setor público fundamentando-se na teoria da contingência organizacional. Atentando-se a MCICG explica o processo de inovação por meio de modelos mais transparentes e informativos.

O MCICASP de Lüder (1992) que tem como objetivo especificar e explicar as condições sociais, políticas e administrativas que constituem o ambiente de país ou sua administração pública local e observa seu impacto sobre a inovação da Contabilidade do Setor Público. Os modelos recomendados nos estudos de Lüder (1992, 1994, 2002) permitem reflexões teóricas que podem ser extraídas do modelo de contingência. Evidenciando as fraquezas, reportado pelo poder explicativo ser insuficiente, transmitindo assim a existência de algumas “caixas negras” (trata-se de alguma opacidade dada ao conteúdo e resultado), a noção da inovação (Jorge, 2005; Gomes, 2010).

A TCON nos estudos de Governança Pública, de modo indireto, gera contribuições na identificação da evolução dos modelos do processo da gestão financeira e CASP, Modelo de Contingência do Processo de Reforma da Gestão Financeira Pública (Modelo FMR) de Lüder (1992; 2002), assente numa abordagem contingencial. Este modelo permite discutir um sistema de contabilidade pública de um determinado país por meio de variáveis: contextuais, comportamentais e de condução das reformas. Com o propósito de tornar a contabilidade pública mais informativa.

A partir desses fatos, o surgimento dessa TCON se consolida por meio de pesquisas que buscaram determinar o melhor modelo de estrutura para as organizações, seja ela pública ou privada, de modo a torná-las mais eficazes em suas áreas de atuação. Pode-se destacar as pesquisas sobre as mudanças estruturais e de estratégia em empresas americanas e chegou à conclusão que os resultados positivos se ajustam à estratégia adotada (Chandler, 1976). Na Tabela 2 serão evidenciados estudos anteriores sobre a TCON, na área de ciências sociais aplicadas.

Tabela 2
Estudos anteriores e contribuições a TCON

Autores	Objetivo	Resultados	Contribuições para teoria
Woodward (1965)	Compreender se os princípios das empresas estabelecidos pelas teorias da administração se correlacionavam com o êxito do negócio quando postos em prática	Verificou-se que não havia uma associação significativa entre as práticas administrativas dessas firmas e sua eficiência nos negócios e no seu tamanho	Abriu os campos para novos estudos com a teoria da contingência considerando testa a ligação entre tecnologia e estrutura social
Perrow (1976)	Identificar as dimensões de tecnologia sob a perspectiva da teoria da contingência	Identificou duas dimensões importantes: possibilidade de analisar a tecnologia; variabilidade nas organizações	Testou a variável tecnologia no campo de estudos da teoria da contingência
Waterhouse; Tiessen, (1978)	Utilizar a Teoria da Contingência para desenvolver um modelo para a análise comparativa de organizações	A estrutura de uma organização é amplamente dependente de seu contexto e que as estruturas alternativas criadas geraram a necessidade de diferentes mecanismos de controle.	Dar atenção a investigação das formas de lidar com características contingenciais para melhorar a performance da organização.
Otley (1980)	Revisitou a Teoria da Contingência focada na abordagem da Contabilidade Gerencial	Concluiu que é necessário aperfeiçoar o modelo da Teoria, baseando-se no controle organizacional e na eficácia	Trouxe a discussão sobre o uso dos modelos inadequados e insuficientemente articulados aplicados na teoria
Donaldson, (1999)	Destacar que não existe um modelo de estrutura para todas as organizações	Aponta que a teoria contingencial contraria a escola clássica da Administração por não ter uma estrutura única e é influenciada por um conjunto fatores, o qual denominou de fatores contingenciais	A determinação da falta de uma estrutura organizacional única e fatores contingenciais refletem a influência do ambiente em que a organização está inserida

Tillema (2005)	Identificar a adequação do uso dos instrumentos contábeis sofisticados depende dos instrumentos e das circunstâncias que estão sendo usados.	Relata que as alterações no ambiente externo são difíceis de prever por este motivo as organizações devem se adaptar as turbulências.	Compreendem que a teoria Contingencial colabora para que diversas variáveis afetarem a organizações, implicando na utilização de artefatos gerenciais.
Morgan (2006)	Discussão sobre a teoria da contingência como sistema aberto.	Conclusões que o processo de diferenciação e integração como importante para enfoque contingencial nas organizações.	Aprimorou o enfoque contingencial, como um sistema aberto, permitindo caracterizar os ambientes e os sub ambientes.
Espejo (2008)	Compreender os atributos dos sistemas orçamentários a partir das variáveis contingenciais	O autor relaciona que a abordagem contingencial adota princípios de abordagem sistêmica, as quais as variáveis internas impactam no ambiente de forma independente.	Apresenta a existência dos fatores situacionais tanto externos quanto internos nas organizações
Bradshaw, (2009)	Estratifica o pensamento de contingência com enfoque tradicional	A abordagem contingencial aplicada às organizações não se relaciona com o desempenho, e sim com o tamanho e estrutura da organização	Propõe que ambiente determina a capacidade da organização de moldar a si mesma.
Fagundes <i>et al</i> (2011)	Identificar a classificação da estrutura organizacional e a gestão de uma empresa, fabricação e montagem de equipamentos industriais, sob a ótica da teoria contingencial.	Os achados colaboram com a teoria da contingência, onde se assegura que não há uma fórmula única para administrar uma empresa.	Discutem sobre o enfoque contingencial do ambiente externo e interno diante as profundas mudanças de ordem cultural, estrutura física e administrativa.
Silva, Scarpin, Rocha & Domenico (2014)	Investigar os fatores contingenciais que poderiam ter influenciado a decisão de modificar o sistema de custeio em uma empresa.	Tiveram como achados que as variáveis contingenciais tecnologia e sistema de controle gerencial tiveram um número significativo de relatos capazes de modificar seu sistema de mensuração.	Apontam sobre a indicação de que um conjunto de fatores contingenciais atípicos que podem impactar na eficácia e no alcance das metas de desempenho planejadas.
McGrandle, (2017).	Desenvolver a teoria da contingência como uma estrutura teórica para examinar e explicar diferentes práticas de DM (gestão da diversidade) entre governos.	A teoria da contingência não possui forma melhor de gerenciar todas as organizações; cabendo essas adapta-se as situações internas e externas.	Colabora em afirmar que os ambientes internos e externos de cada organização criam situações únicas que exigem que as organizações se adaptem às distintas situações para alcançar a funcionalidade ideal.
Mitchell (2019)	Testa um modelo contingente de implementação estratégica usando a teoria de gerenciamento de projetos	Concluindo que o contexto situacional altera as relações entre as táticas de implementação e a eficiência da implementação.	Apontam a relação do ambiente e tecnologia ocorre por meio eficiência da implementação do modelo contingente.
Silva, Benini, & Silva, (2020).	Verificar a contribuição da teoria da contingência para o enfrentamento dos impactos econômicos decorrentes da Covid-19	Concluiu que a teoria da contingência gera contribuições para a eficiência das organizações por destacar que as empresas bem-sucedidas são aquelas que conseguem adaptar-se às demandas ambientais	Defende que a teoria da contingência, permite que características estruturais sejam explicadas pelas características ambientais
Lima Filho, Martins, & Peixe, (2021)	Analisar a partir da teoria da contingencia e as características das aquisições públicas por dispensa de licitação no enfrentamento da Covid-19	Apesar de existir diferença entre os objetivos institucionais nas organizações. Cada órgão público apresentou sintonia quanto a aplicação dos recursos em relação à Covid-19	Diante incertezas do ambiente externo as modificações na organização devem estar alinhadas aos objetivos das instituições.
Fiirst & Beuren (2021)	Responder quais elementos caracterizam os fatores contingenciais no setor público e como eles influenciam o desempenho socioeconômico municipal	Concluiu que os fatores externos, aqueles não controláveis pelos gestores, são os que melhor explicam o comportamento do desempenho socioeconômico dos governos locais investigados.	Os resultados revelam que os fatores contingenciais não são afetados pelo o ambiente e porte, mas foram afetados por fatores ligados a tecnologia e estrutura.

Fonte: Elaborado pela Autora.

Assim como os estudos apresentados na Tabela 2, investigaram a relação entre as práticas administrativas e o ambiente externo. Outro estudo adotou como estratégia de identificação a divisão das organizações em mecânicas e orgânicas (Lawrence e Lorsch, 1972). Tendo como achados de que existem nos cenários pontos distintos a serem avaliados dos quais nas organizações mecânicas encontram-se instituídas por princípios da teoria clássica e como resultado as interações são de caráter vertical, ou seja, são executadas por especialistas. Nas organizações se tem uma adaptação ao ambiente no correr das instabilidades do meio (Burns e Stalker, 1961).

Na pesquisa de Lawrence e Lorsch, (1972) se destacou a avaliação do ambiente interno e foram investigadas as características que as organizações devem desenvolver para ter eficiência ao lidar com as condições do ambiente externo. Chegando à conclusão de que as empresas apresentam problemas na diferenciação e na integração do ambiente externo e interno.

Para Espero (2008) em sua tese avaliou o perfil dos atributos do sistema orçamentário contingencial, fazendo uma abordagem multivariada por meio da sintetização das estruturas mecanicistas de Burns e Stalker (1961), tendo como resultado a confirmação de que os controle tem maior força hierárquica e maior especialização das tarefas, na estrutura mecânica. Enquanto na estrutura orgânica, existe uma menor força hierárquica, na delegação de tarefas fazendo com os controles de gestão sejam mais informais e menos especializados.

Esses estudos reforçam o entendimento de que o modelo estrutural ou modelo contingencial inicial pode ser aplicado de maneira semelhante em organizações. Observa-se que os resultados apresentados são conflitantes e não poderiam ser resolvidos dentro de uma estrutura global. Portanto, caminham para comparações, competitividade e estudos de casos similares para descortinar contingências. Tendo em vista, que sob um olhar das organizações privadas há uma adequação às condições do ambiente. E na perspectiva das organizações públicas devem se adequar às alterações funcionais do ambiente para que a administração pública seja capaz de realizar uma aplicação eficiente dos recursos públicos, buscando a maior satisfação social possível (Beuren, & Macohon, 2011, Donaldson, 2012).

Nesse sentido, o modelo contingencial inicial pode ser aplicado nos países menos desenvolvidos economicamente e com um histórico recente de regime político democrático (Jorge, 2005). Considerando, que para atingir objetivos de Governança Pública para o enfrentamento da COVID-19 os países, precisam adequar-se à sua estrutura em torno de seus fatores contingenciais sob os mais variados aspectos, tais como tecnologia, ambiente externo e estratégia.

Desta forma, aduz-se que os fatores contingenciais têm grande probabilidade de influenciar nas MCP de forma que se torna necessário classificar as medidas instituídas, evidenciando possíveis lições e experiências no decurso da COVID-19.

Nesse contexto, a contribuição pretendida vem discutir a variável capacidade de resposta e sua influência na Governança Pública dos países com maior PIB da América Latina, utilizando-se do estudo das medidas financeiras para enfrentamento da pandemia. Uma vez que, a premissa da teoria da contingência é que os sistemas envolvidos nas respostas para o enfrentamento da COVID-19 diferem entre países com base em fatores organizacionais subjacentes. Essa abordagem teórica permite o desenvolvimento dos sistemas capazes de produzir respostas rápidas diante de contingências específicas, o que possibilita ao gestor melhores resultados (Beuren & Macohon, 2011).

IV. Metodologia

Na avaliação da pandemia de COVID-19, várias medidas foram implementadas pelos países e foram essenciais na resposta dos países, estados e municípios, para diminuir o número de contaminados e mortes nas regiões. Segundo Tavares, et. al. (2020), essas medidas adotadas podem ser entendidas como um conjunto de políticas, programas, ações estratégicas e planos de contingência promovidos pelos estados, que visam atender indivíduos e famílias, vulneráveis ou não.

A escolha dos países baseou-se em critérios socioeconômicos e demográficos relacionados aos conhecidos fatores de risco associados à pandemia. Além disso, outro fator de escolha é que os países estudados Chile, México e Brasil concentram 90% das fórmulas já adquiridas na região. O Chile foi o primeiro país da América do Sul a iniciar a vacinação, em 27 de dezembro de 2020 e teve os melhores resultados até o momento. A Colômbia foi o primeiro país a receber vacinas da América do Sul. O Peru teve problemas para receber vacinas (Organização Pan-Americana da Saúde- [OPAS], 2021, OMS, 2021). A Tabela 3 apresenta um resumo das informações descritas.

Tabela 3
Indicadores por país

	Brazil		Colombia		Chile		Mexico		Peru	
GDP growth rate (%)	3.2	Dec/20	6	Dec/20	7	Dec/20	0.4	Mar/21	8	Dec/20

Annual GDP growth rate (%)	-1.1	Dec/20	-4	Dec/20	0	Dec/20	-3.8	Mar/21	-1.7	Dec/20
Unemployment rate (%)	14.4	Feb/21	14	Mar/21	12	Mar/21	3.9	Mar/21	15.3	Mar/21
Government debt to GDP (%)	75.79	Dec/19	48	Dec/19	33	Dec/20	45.5	Dec/19	27.5	Dec/19
Government Budget (% of GDP)	-13.4	Dec/20	-8	Dec/20	-2	Dec/19	-1.6	Dec/19	-2.7	Dec/19
Business confidence (points)	58.5	May/21	7	Mar/21	51	Abr/21	48.7	Apr/21	49.5	Dec/20
Coronavirus vaccination rate (doses per 100 people)	22,1	May/21	12,0	May/21	82,1	May/21	16,5	May/21	5,9	May/21
Total Coronavirus Vaccination (doses)	46.875.460	May/21	6.096.661	May/21	15.703.842	May/21	21.228.359	May/21	1.939.155	May/21
Coronavirus Cases (people)	15.359.379	May/21	2.951.101	May/21	1.260.448	May/21	2.371.483	May/21	1.858.239	May/21
Coronavirus Deaths (People)	428.034	May/21	76.414	May/21	27.384	May/21	219.590	May/21	64.691	May/21
Coronavirus Recovered (people)	13.924.217	May/21	2.773.220	May/21	1.199.432	May/21	1.893.236	May/21	1.688.091	May/21

Nota: GDP stands for Gross Domestic Product.

Fonte: Prepared by the authors according to the indicators, Indicators, Trading Economic, (2021), Available at: <<https://tradingeconomics.com/indicators>>

Assim, o rigor metodológico proposto por este estudo pautou-se em um modelo qualitativo exploratório. Tendo como suporte de análise, a base do modelo de quatro pilares da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o combate à COVID-19. O primeiro pilar trata do estímulo à economia e ao emprego, ao qual se atribui: avaliação de políticas fiscais, empréstimos e apoio financeiro a setores específicos, inclusive o de saúde. O segundo pilar diz respeito ao apoio ao emprego e rendimento das empresas, envolve: compreender a proteção social, implementar medidas de manutenção do emprego e promover o alívio financeiro.

O terceiro pilar trata da proteção do trabalhador no ambiente de trabalho, avaliando: o fortalecimento das medidas de segurança e saúde ocupacional, adequação dos regimes de trabalho, previsibilidade, discriminação e exclusão, ampliação do acesso à licença remunerada. O quarto pilar diz respeito à aposta no diálogo social para soluções, promove: o reforço da capacidade e resiliência das associações de trabalhadores e empregadores, reforça a capacidade dos governos e fortalece o diálogo social, a negociação coletiva e as relações institucionais e laborais. (OIT, 2020; OPAS, 2020).

Para este trabalho, o primeiro e o segundo pilares foram considerados com ênfase em duas categorias: (i) incentivos fiscais e trabalhistas, (ii) apoio ao empreendedorismo e legalização. As informações foram extraídas dos sites governamentais de cada país, destes foram extraídos leis, decretos, políticas de contingência, orientações em cartilhas, aplicativos e notícias sobre incentivos e medidas de combate às fake news e ao COVID-19. Foram coletadas 642 iniciativas de resposta à COVID19 nas duas categorias de estudo (i) e (ii), de 121 estados, todas referentes ao ano de 2020. A Tabela 4 mostra o número de iniciativas pesquisadas por estado e país.

Tabela 4:
Número de iniciativas por país

Country	States	Initiatives
Brasil	27	128
México	31	296
Colômbia	22	32
Chile	16	36
Peru	25	152

Source: Prepared by the authors according to research data (2021).

Com base nas informações coletadas, foi desenvolvida uma análise textual, que consiste em uma avaliação de palavras adotadas em incentivos fiscais e trabalhistas, apoio ao empreendedorismo e legalização para o enfrentamento da Covid-19 nos países estudados, sendo realizada por meio do uso do software *Iramuteq 2.0*. A utilização de programas CAQDAS (Computer-Aided Qualitative Data Analysis Software) e o debate sobre seu

uso têm crescido, havendo consenso sobre sua eficiência na gestão e recuperação de dados qualitativos (Garcia, Santos, Pereira & Rossi, 2010).

No processo de análise dos dados por meio de software, há auxílio na organização e separação das informações, aumentando a eficiência do processo e facilitando a localização dos segmentos de texto, além da agilidade no processo de codificação, em relação ao realizado à mão. (Carmargo & Justo, 2013). Embora não existam precedentes que se assemelhem às particularidades de cada país e suas reações à crise, busca-se estabelecer, a partir da avaliação do corpus textual, a identificação de medidas semelhantes.

Dessa forma, o processo de análise de conteúdo foi desenvolvido por meio de análise fatorial combinatória, nuvem de palavras e árvore de similaridade para auxiliar na comparação das medidas analisadas, delineando lições em contextos de diferentes países no enfrentamento de um problema comum.

V. Resultados E Discussões

O impacto inicial observado no início da COVID-19 nos países estava relacionado ao isolamento social obrigatório com restrições de mobilidade e à preocupação com o aumento de casos mesmo com restrições. No entanto, ao flexibilizar as medidas, observou-se um aumento exponencial das infecções, mesmo quando o país se estabilizou ou voltou à tendência original de seus indicadores socioeconômicos. Segundo Vega (2020) o impacto da pandemia na economia global, regional e local não leva em consideração as consequências ambientais, sociais, culturais, políticas, científicas, tecnológicas, de segurança e, principalmente, nos sistemas de segurança.

No caso peruano, as medidas adotadas, tanto sanitárias quanto econômicas, não foram totalmente eficazes, tendo em vista um alto percentual de trabalho informal, e o confinamento de pessoas, pelo isolamento social (Valdez, 2021, Barrutia Barreto, Silva Marchan, & Sánchez, 2021). Além disso, o governo tem sofrido pressão das indústrias para minimizar o impacto em suas finanças.

No Peru, os principais impostos, como o imposto geral sobre vendas (IGV) e o imposto de renda (IR), são recolhidos pelo governo federal. Outros impostos aplicados são o Imposto de Consumo Seletivo, cobrado sobre transações financeiras, e os impostos prediais cobrados pelas Prefeituras Municipais (Lossio, 2021).

Em relação às políticas econômicas estabelecidas para manter a estabilidade das instituições financeiras, bem como o acesso das pessoas a recursos que lhes permitam enfrentar o isolamento de maneira digna. Vale destacar o programa “*Reativa Perú*”, que busca garantir a continuidade da cadeia de pagamentos, concedendo garantias às micro, pequenas, médias e grandes empresas para que tenham acesso a empréstimos de capital de giro e, assim, cumpram suas necessidades obrigações de prazo e serviços (Tregidga, & Laine, 2021).

Medidas semelhantes foram incluídas no governo chileno em todas as províncias, com destaque para a lei de modernização tributária, que foi inserida como forma de incentivar o empreendedorismo e a integração do sistema tributário corporativo, incluindo opção de contabilidade simplificada, benefícios opcionais do regime de transparência fiscal para o reinvestimento de lucros e propostas de declarações fiscais (Villalobos Dintrans, Browne Salas, & Madero-Cabib, 2020).

O Chile se destaca na América do Sul e tem instalado o maior número de programas de apoio às micro e pequenas empresas, entre os quais: Reativar com Sercotec, Reativar turismo, Reativar associações comerciais, FOGAIN Garantias Corfo MIPYME Credit, Fundó CRECE, Corfo Comercio Exterior (COBEX) garantias, e outros. Além disso, desenvolveu diversas ações práticas de aprendizagem para empreendedores como formas de sustentabilidade empresarial (Gozzi, Tizzoni, Chinazzi, M. et al. 2021, Browne, Fasce, Pineda & Villalobos, 2020).

Na Colômbia, cabe destacar que só existem impostos nacionais (renda, IVA, consumo) que incidem sobre pessoas físicas ou jurídicas residentes no país, e os impostos regionais (ICA, imobiliário) são determinados por parâmetros definidos pela lei (Villarruel Fuentes, 2021, Governo da Colômbia, 2020). A Colômbia implementou o Programa de Apoio ao Emprego Formal (PAEF) para evitar que o emprego formal privado seja afetado e para ajudar entidades que demonstrem necessidade de subsídios (Gobierno de Colombia, 2020). Destaca-se a concessão de um subsídio incondicional para a população vulnerável, uma vez que são os mais afetados por não poderem trabalhar durante o período de isolamento.

As medidas do México incluíram a isenção do pagamento de dividendos aos acionistas de bancos múltiplos, a transferência de benefícios envolvendo seus ativos e o pagamento da remuneração de seus funcionários (Tregidga, & Laine, 2021). Cabe destacar que o governo não suspendeu as atividades essenciais e permitiu o funcionamento de todas as atividades diretamente relacionadas com a emergência sanitária, assim como as tarefas de abastecimento de alimentos, segurança civil e proteção de sua população (Secretaria de Saúde do México), 2020).

No Brasil, no que diz respeito às medidas fiscais, várias ações foram adotadas nas esferas estadual, federal e municipal, entre as quais temos: parcelamento, prorrogação do prazo de todos os tributos e algumas isenções. Muitos dos casos de isenções estavam ligados a produtos considerados essenciais para o combate à COVID-19 (Araújo, Souza, Gonçalves & Silva, 2020). Dos vinte e sete estados brasileiros Rondônia, Tocantins,

Distrito Federal e Rio Grande do Sul mantiveram as concessões com os prazos mais longos, prorrogando o pagamento da dívida por noventa dias.

No Brasil, os efeitos da pandemia nas atividades laborais foram previstos na Medida Provisória (MP) n.º 936/20, que concedeu ao empregador a suspensão do contrato de trabalho dos empregados (por até 60 dias) ou redução da jornada de trabalho em até 90 dias. O apoio às micro e pequenas empresas foi feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e por instituições de ensino, como universidades, que criaram programas e até *aplicativos*, como forma de ajudar os pequenos empreendedores. Era comum encontrar, entre os estados, nas redes sociais, campanhas voltadas para estimular a compra de produtos de pequenos negócios.

A partir das informações coletadas, obteve-se com base no corpus, composto por 5 unidades de texto inicial (Brasil, Colômbia, México, Peru, Chile), divididas em 05 segmentos de texto (STs). Desses 166 STs, foram catalogados 142, com 6185 ocorrências, média de formas por segmento 37,283133, com formas ativas de frequência > = 3:296, com 5 clusters, separados para cada país.

Segundo as abordagens de análise de Carmargo & Justo (2013) para o modelo de análise de corpus textual carregado no *Iramuteq*, para ter a confirmação da validade das informações geradas e sua confiabilidade, a classificação hierárquica de descendentes (CHD) deve ser maior ou igual a 70 %, o índice máximo aceitável para processamento de dados. O estudo apresentou 85,54% utilizando Unidade de Contexto Elementar – UCE, válidos para o estudo. Os resultados do corpus textual serão apresentados na figura 1, que trata do dendrograma.

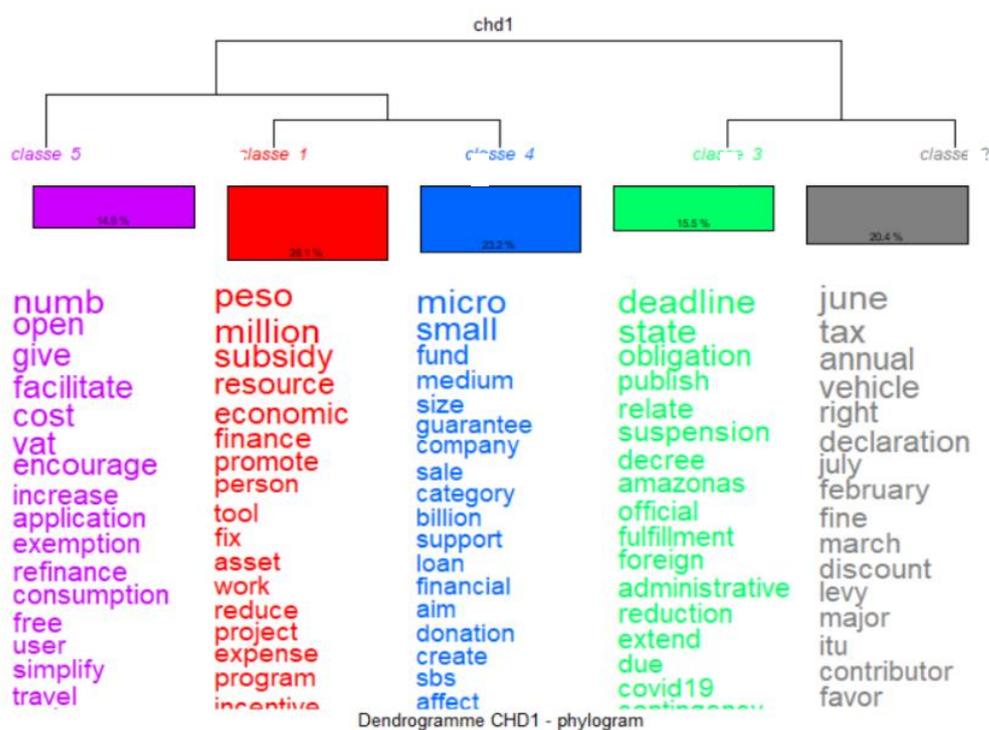


Figura 1: Dendrograma CHD1

Fonte: Dados do Iramuteq, 2021.

O processo de análise da figura 1 requer que entre os incentivos fiscais e trabalhistas, apoio ao empreendedorismo e legalização adotados pelos países, os domínios textuais sejam identificados e analisados, o que resultou em 5 clusters comparativos. O clusters 1 abrangendo 26,06% (37 de 142 °) Peru, sinalizam intervalos de palavras com radicais entre $X^2 = 9,05$ (incentivo) e $X^2 = 23,98$ (peso-moeda); esse país apresentou diversas medidas de incentivo ao empreendedorismo e trouxe a inovação no processo de informação deixando no site governamental em uma aplicativo “Reactiva Perú” comunicados sobre medidas de enfrentamento da COVID e sinalizando a discussão sobre a necessidade de reforma tributária como forma de recuperação da economia e valorização da moeda (Ministério de Economia y Finanzas Perú, 2020; Gobierno Perú, 2020, 2021, 2022).

O clusters 2 cobrindo 20,42% (29 de 142°) México, apresenta intervalos de $X^2 = 6,24$ (favor) e $X^2 = 18,52$ (june). No período de 2020 a 2021 muitas discussões a favor da inclusão de medida de respostas a COVID-19 e sobre os cuidados de longa duração no México. No mês de junho de 2020 houve a alta da pandemia no México e em junho de 2021 foi marcado pelo pela espera do fim da segunda quarentena e fim do surto da

COVID- 19, que não ocorreu, mas trouxe a retomada para turismo no país (Ortega & Tinoco, 2020; Proyecto Rodillo, 2021).

No clusters 3 cobrindo 15,49% (22 de 142°) Brasil, apresenta intervalos de $X^2 = 4,84$ (COVID-19) e $X^2 = 15,82$ (deadline). O Brasil apresentou medidas voltadas para o enfrentamento da COVID-19, primeiramente com a inclusão de medidas fiscais, proteção a vulneráveis por meio de programas assistenciais e empresas por meio de financiamentos ou isenções, postergações e parcelamentos tributários (Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), 2020; Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD), 2020; Simonassi, Gondim Filho & Arraes, 2020)

No cluster 4 14,79% (21 de 142°) Colômbia, apresenta intervalos de $X^2 = 4,53$ (affect) e $X^2 = 14,39$ (micro). O rombo fiscal causado pela pandemia e a necessidade de retomada da economia fizeram com que a Colômbia discuta-se a sua terceira reforma tributária, sendo esta a primeira realizada em um país latino-americano, durante o impacto da COVID-19 (Gobierno de Colombia, 2016; 2020d; 2020e; Araújo et. al., 2023a).

No clusters 5 cobrindo 23,24% (33 de 142°) Chile, intervalos de palavras com radicais entre $X^2 = 8,74$ (travel) e $X^2 = 21,72$ (numb), este dados relacionam-se com o tempo de resposta do Chile maior do que os outros países, por exemplo, com a inclusão de medidas de entrada no país, somente com a vacina da COVID-19 e a se mostrou mais eficiente na contagem dos contaminados, recuperados e mortos (Browne, Fasce, Pineda & Villalobos, 2020). Os valores apurados no dendrograma refletem as variáveis independentes e dependentes, de acordo com o resultado de testes estatísticos (Ha et al., 2020; Araújo, Souza & Gomes, 2023).

A distância entre os clusters é menor para Brasil e México, e maior quando comparada aos demais países estudados. Os resultados evidenciam que muitas das medidas adotadas por Brasil e México foram semelhantes e em linha com os resultados de respostas mais rápidas do Peru e do Chile ao COVID -19 confronto. Resultados estes condizentes com os estudos de Ortiz, Sáenz e Piñeros, (2021) e reforçam a ideia Portulhak e Pacheco (2022) relação do indivíduo com as partes interessadas normativa podem afetar a percepção do valor público de uma instituição.

No entanto, esses resultados, se avaliados por um contexto histórico, tamanho e suporte internacional, seus resultados irão contradizer os estudos de Tregidga e Laine, (2021) e Tenório, (2020) considerando que a resposta rápida à pandemia veio de países menores, que não estão no primeiro ano de mandato de seus dirigentes e as peculiaridades de cada país, como fatores culturais. Sequencialmente, foi feita uma avaliação por Análise Fatorial Combinatória (AFC).

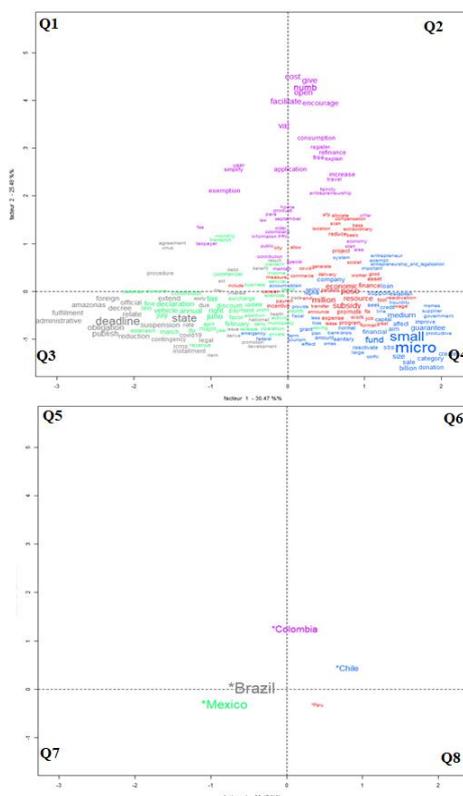


Figura 2 Análise Fatorial de Correspondência
Fonte: Dados do Iramuteq 2.0, 2021.

A Figura 3, nuvem de palavras, mostra as palavras mais encontradas na pesquisa referentes aos nomes mais utilizados, como “fiscal”, “company”, “payment”, “state”, “small”, “finance”, “Service”, “support”, “measure” e “percent”. Esta informação identifica as medidas semelhantes que existiam entre os países, sendo as mais importantes as medidas de natureza fiscal. Dos resultados confirmados pela análise, podem surgir outros temas vinculados a micro e pequenas empresas, finanças públicas, comunicação e transparência, não abordados neste estudo, por exemplo, como foi identificado o uso de aplicativo (APP) por ambos os países.

Após a análise, será apresentada na Figura 4 uma árvore de similaridade, que sintetiza as classes destacadas, permite a identificação de ocorrências e a identificação da ligação de palavras no corpus textual.

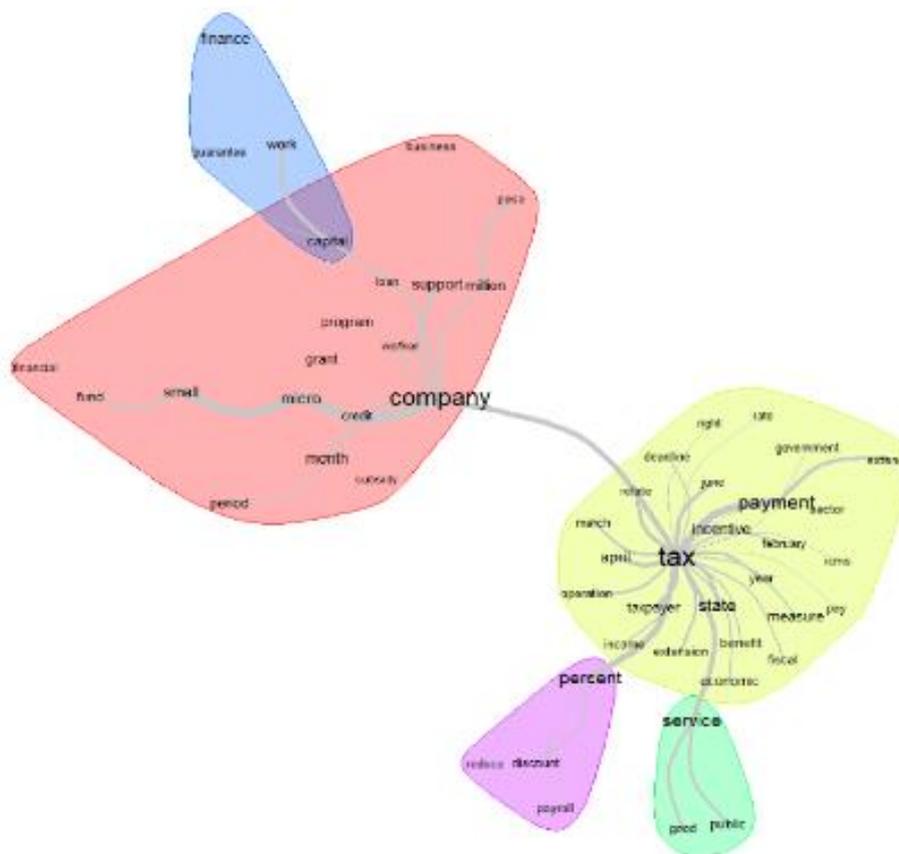


Figura 4 Árvore de similaridade de medidas entre países

Fonte: Dados do Iramuteq 2.0, 2021.

A análise da figura 4 relacionou as palavras “tax”, “company”, “service”, “percent” e “capital” como tema central. O eixo central, ramo amarelo, indica que a forma “tax” foi o campo mais utilizado nas abordagens pesquisadas, que envolviam incentivos e benefícios econômicos.

Os ramos roxo e verde, evidências de abordagens conceituais, direcionam a atenção para os efeitos econômicos da redução e desconto da dívida pública. A sucursal vermelha que tem “empresa” em destaque, centra-se nas atividades para empresas comerciais, ações de emergência face à pandemia de COVID-19. O ramo azul apresenta aproximações conceituais dos países, marcados pelos termos trabalho e finanças. Entre as respostas governamentais ao enfrentamento da COVID-19, são cada vez mais frequentes as medidas de financiamento, para permitir que as organizações possam se reerguer e trazer novos produtos adaptados às novas demandas dos clientes. Os estudos de Nicola et. al. (2020) e Gomes (2021) relatam que as respostas dos países ao enfrentamento da covid-19, são realizadas respeitando sua evolução econômica e histórica no país, sendo este o nível definidor das respostas do governo.

Além disso, considerou-se que, por ser a Aliança do Pacífico por ser um bloco comercial e ter como objetivo promover a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, teriam mesmas as medidas de combate para enfrentar o COVID-19, uma vez que AP apoia a legalização do empreendedorismo, como apoio à economia (Ortiz, Sáenz & Piñeros, 2021; Araújo et. al, 2023₆). Fato este não ocorrido, pois durante a pandemia os países responderam no tempo do surgimento de casos e adequou-se suas respostas as regiões, a cultura, e as tomada de decisões imediatas para ações que seriam implementadas, respeitando a estrutura de Governança Pública de cada país.

Por um lado, há um questionamento que a disseminação do COVID-19 encobria uma enorme crise econômica, com a qual os governos dos países já estavam lidando (Baker & Judge, 2020). Por outro lado, se tem o desafio passou a ser encontrar uma forma de apoiar as micro e pequenas empresas para que possam se sustentar na crise econômica, evitando o encerramento de suas atividades e a redução do número de demissões de trabalhadores, conseqüentemente, afetando as famílias de cada país.

VI. Conclusões

A pesquisa cumpre seu objetivo de comparar os incentivos fiscais, trabalhistas, de apoio ao empreendedorismo e às empresas concedidos pelos governos estaduais do Brasil frente ao Chile, Colômbia, México e Peru (Aliança do Pacífico) para o enfrentamento da COVID-19.

Mesmo com várias medidas implementadas pelos países e caminhando para bons indicadores de vacinação, os países ainda estão infectados pelo vírus. Por mais que tenham havido choques de abastecimento ao interromper o fluxo de comércio e cadeias de valor globais, à interrupção da atividade econômica global, as organizações em tempo de cada país precisaram criar métodos e ferramentas para se adequar ao novo contexto, que precisou a se adequar as questões tecnológicas e ao teletrabalho.

No caso do Brasil, que ocorreu devido aos novos picos de infecções globais, ao surgimento de novas variantes da doença e ao relaxamento das medidas de isolamento e distanciamento. A maior parte das ações foram voltadas para o apoio aos mais vulneráveis, como empreendedores autônomos, pequenas empresas e a população. Esses incentivos foram lançados para minimizar os impactos da pandemia e garantir parte das receitas de arrecadação previstas pelos governos.

Na Colômbia, os incentivos foram atribuídos por meio de prorrogações de imposto, exceto para os setores de turismo e transporte aéreo. Foi apresentada uma linha de crédito com o objetivo de dar suporte à liquidez para todas as empresas do setor de turismo.

O Chile constituiu ações robustas por meio com a criação de programas de apoio, lançados em estatutos, que tem como destaque o apoio das grandes empresas no financiamento dos pequenos negócios. Além de incentivos fiscais a população como dia sem pagamento de do Imposto de Valor Agregado (IVA).

No caso do Peru, uma das fragilidades que se evidenciaram foram os problemas estruturas que além da saúde fossem designados um orçamento maior para a educação, digitalização adequada, na busca de melhor atender a população e garantir os rendimentos públicos.

No governo do México apesar de medidas diferentes entre os governos, observou-se que as foram atribuídas medidas iguais sobre folha de pagamento e diferentes para estados turísticos, tendo isenções. Interessante perceber que houve medidas para impostos sobre veículos automotores comuns entre os países de estudo e que os esforços para o combate a Covid-19 foram redobrados, na questão de garantir recursos financeiros aos governos.

Portanto, avalia-se que os esforços também devem ser realizados nomeadamente na área da fiscalização e cobrança, em ambos os países, para recuperar as finanças públicas, por mais que as medidas sejam incluídas elas podem não ser adotadas integralmente pelos contribuintes, que no período da pandemia reconhecem suas obrigações, mas não tem recursos suficientes para honra-las, e por tanto, isto impacta na obtenção das receitas públicas de cada país.

Conclui-se que as medidas adotadas pelos países foram necessárias e imprescindíveis para enfrentar as questões econômicas, principalmente para não agravá-las. As medidas emergenciais foram destacadas, mas por conta do caso da Colômbia, as medidas serão mais rígidas, desde que se tenta aprovar a terceira reforma tributária.

Este estudo limitou-se à apresentação dos incentivos fiscais, trabalhistas e medidas de apoio ao empreendedorismo e legalização nos países estudados. Estudos futuros podem verificar a materialização, os tempos de resposta e os efeitos da COVID-19 na dívida pública.

Este estudo contribui ao mostrar que tanto o Brasil quanto os 4 países da Aliança do Pacífico, que inclui outras potências econômicas latino-americanas, têm adotado diferentes medidas de apoio, mas com o objetivo comum de combater os impactos da Covid-19 na economia. Há uma tendência nos 5 países de maior divulgação de transparência e dados de governo eletrônico. Além disso, traz reflexões sobre a participação de países em grupos e alianças em momentos de crise.

Referências

- [1] Amaya, Nadia Leticia Vázquez.(2021). Medidas Fiscales De Las Entidades Federativas Ante Covid-19. Ante La Emergencia Sanitaria Por El Covid-19, Algunas Entidades Federativas Han Decidido Establecer Medidas Fiscales Para Mitigar El Impacto Económico Ocasionado A Los Contribuyentes. Online Disponível: https://www.indetec.gob.mx/delivery?srv=0&sl=2&route=/Noticias_Interes/Medidas_Fiscales_De_Las_Entidades_Federativas_Ante_Covid-19&Ext=.Pdf.
- [2] Ang, C. K., Embi, M. A., & Yunus, M. M. (2016). Enhancing The Quality Of The Findings Of A Longitudinal Case Study: Reviewing Trustworthiness Via Atlas. Ti. The Qualitative Report, 21(10), 1855-1867. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2016.2480>

- [3] Araújo, J. C. O., De Souza, F. G., Robles, E. M., Celis, L. M. M., & Lagioia, U. C. T. (2023_a). Fiscal Policies For Economic Sustainability In Covid-19: What Do Subnational Governments In Brazil And Colombia Reveal?. *Revista De Gestão E Secretariado (Management And Administrative Professional Review)*, 14(4), 6636–6662. <https://doi.org/10.7769/Gesec.V14i4.2070>.
- [4] Araújo, J. C. O.; Souza, F. G. De; Gonçalves, H. S.; Silva, V. L.. (2020). Incentivos Fiscais Estaduais Para O Combate Os Efeitos Economicos Da Pandemia Do Coronavírus (Covid19): Um Estudo Sobre Os Incentivos Fiscais Estaduais. *Anais Do Xx Usp International Conference In Accounting*. São Paulo: Usp, 2020. Disponível Em : <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20uspinternational/artigosdownload/2842.pdf>.
- [5] Araújo, J. C. O., Souza, F. G., Celis, L. M. C., Guzmán, M. G. A., & Lagioia, U. T. C. (2023_b). Respostas Fiscais Dos Governos Estaduais Para O Combate Aos Efeitos Econômicos Da Covid-19: Um Estudo Comparado México E Brasil. *Revista Brasileira De Políticas Públicas*, 13(3). Doi: <https://doi.org/10.5102/Rbpb.V13i3.8513>
- [6] Barreto, I. B., Sánchez, R. M. S., & Marchan, H. A. S. (2021). Consecuencias Económicas Y Sociales De La Inamovilidad Humana Bajo Covid – 19 Caso De Estudio Perú. *Lecturas De Economía*, (94), 285–303. <https://doi.org/10.17533/Udea.Le.N94a344397>
- [7] Beresford, A., & Pettit, S. (2009). Emergency Logistics And Risk Mitigation In Thailand Following The Asian Tsunami. *International Journal Of Risk Assessment And Management*, 13 (1), 7-21. <https://doi.org/10.1504/Ijram.2009.026387>
- [8] Bhusal, M. K. (2020). The World After Covid-19: An Opportunity For A New Beginning. *International Journal Of Scientific And Research Publications (Ijsrp)*, 10(05), 735-41. <http://dx.doi.org/10.29322/Ijsrp.10.05.2020.P10185>.
- [9] Blackman, A., Ibañez, A. M., Izquierdo, A., Keefer, P., Moreira, M. M., Schady, N., & Serebrisky, T. (2020). La Política Pública Frente Al Covid-19: Recomendaciones Para América Latina Y El Caribe (Vol. 810). *Inter-American Development Bank*. Doi: <http://dx.doi.org/10.18235/0002302>
- [10] Borda, R. F. C. (2021). Determinantes De La Integración Económica En La Alianza Del Pacífico 1990-2019. Tese De Doutorado Em Administração. Lima Norte: Universidad César Vallejo Disponível Em : <https://hdl.handle.net/20.500.12692/59529>. Acesso: 20/01/2022.
- [11] Braga, L. V., & Gomes, R. C. (2016). Participação Eletrônica E Suas Relações Com Governo Eletrônico, Efetividade Governamental E Accountability. *Organizações & Sociedade*, 23(78), 487–506. <https://doi.org/10.1590/1984-92307878>.
- [12] Brinks, V., & Ibert, O. (2020). From Corona Virus To Corona Crisis: The Value Of An Analytical And Geographical Understanding Of Crisis. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, 111(3), 275–287. <https://doi.org/10.1111/Tesg.12428>.
- [13] Browne, J., Fasce, G., Pineda, I., & Villalobos, P. (2020). Policy Response To Covid-19 In Long-Term Care Facilities In Chile.2020. Disponível Em : <https://ltccovid.org/wp-content/uploads/2020/07/The-Covid-19-Long-Term-Care-Situation-In-Chile-24-July-2020-3.pdf>. Acesso: 15/05/2021
- [14] Cámara De Diputadas Y Diputados De Chile (2020). Informe De La Comisión De Economía Recaído En El Proyecto De Ley, En Segundo Trámite Constitucional, Que Modifica La Ley N° 21.131, Que Establece Pago A Treinta Días [Boletín N° 13.045-03]. .2020. Disponible Me : <https://www.camara.cl/verdoc.aspx?Pmid=21974&Prmtipo=Informepley>. Acesso Em: 19 Fevereiro 2021.
- [15] Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). Iramuteq: Um Software Gratuito Para Análise De Dados Textuais. *Temas Em Psicologia*, 21(2), 513-518. <http://dx.doi.org/10.9788/tp2013.2-16>.
- [16] Cepal, N. (2021). Perspectivas Do Comércio Internacional Da América Latina E Do Caribe 2020: A Integração Regional É A Chave Para A Recuperação Após A Crise. Disponível Em : <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46627-perspectivas-comercio-internacional-america-latina-caribe-2020-integracao>. Acesso: 15/05/2021
- [17] Cepik, M., & Rodríguez, J. C. (2020). América Latina En Tiempos De Pandemia: Desafíos Estratégicos. *América Latina Y El Impacto De La Pandemia Del Covid-19*. Pensamiento Propio, Volume 52, P.83-108, Disponível Em : <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2021/01/008-Cepik-Rodriguez.pdf>
- [18] Chen, Q., Min, C., Zhang, W., Wang, G., Ma, X., & Evans, R. (2020). Unpacking The Black Box: How To Promote Citizen Engagement Through Government Social Media During The Covid-19 Crisis. *Computers In Human Behavior*, 110, 106380. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2020.106380>
- [19] Colichi, R. M. B., Urrutia, V., Figueroa, A. E., Nunes, H. R. D. C., & Lima, S. A. M. (2020). Perfil E Intenção Empreendedora De Estudantes De Enfermagem: Comparativo Entre Brasil E Chile. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 73(6).Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0890>.
- [20] Conselho Nacional De Secretários De Estado Da Administração (Consad) (2020) Acesse E Confira O Painel Sobre O Combate `A Pandemia Do Coronavírus Nos Estados Brasileiros Online. Disponível Em : <https://www.consad.org.br/categoria/covid-19/>. Acesso: 16/05/2020.
- [21] Cruz, C. F., Silva, L. M., & Santos, R. (2010). Transparência Da Gestão Fiscal: Um Estudo A Partir Dos Portais Eletrônicos Dos Maiores Municípios Do Estado Do Rio De Janeiro. *Journal Of Accounting, Management And Governance*, 12(3). Recuperado De <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/86>.
- [22] Dintrans, P. V., Salas, J. B., & Cabib, I. M. (2021). It's Not Just Mortality: A Call From Chile For Comprehensive Covid-19 Policy Responses Among Older People. *The Journals Of Gerontology: Series B*. Access: <https://econpapers.repec.org/scripts/redir.pf?U=http%3a%2f%2fhdl.handle.net%2f10.1093%2fgeronb%2f76baa092;H=Repec:Oup:Geronb:V:76:Y:2021:I:7:P:E275-E280>.
- [23] Fairlie, Robert W., (2020)The Impact Of Covid-19 On Small Business Owners: The First Three Meses After Social-Distancing Restrictions (July 2020). Documento De Trabalho Nber N° W27462, Disponível Em Ssrn: <https://ssrn.com/abstract=3673693>
- [24] Garcia, M.N.; Santos, S.M.B.; Pereira, R.S.; Rossi, G.B.. (2010).Software Livre Em Relação Ao Software Proprietário: Aspectos Favoráveis E Desfavoráveis Percebidos Por Especialistas. *Gest Reg [Internet]*. 2010; 26(78):106-20. Disponível Em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/viewfile/1061/847.
- [25] Giovanella, L., Vega, R., Tejerina-Silva, H., Acosta-Ramirez, N., Parada-Lezcano, M., Ríos, G., ... & Feo, O. (2021). A Atenção Primária À Saúde Integral É Parte Da Resposta À Pandemia De Covid-19 Na América Latina?. *Trabalho, Educação E Saúde*, 19.2021. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-Sol00310>
- [26] Gobierno De Colombia. (2016, Dec 17). Reforma Tributaria Ley 1819 De 2016 Online. Disponible En: <https://accounter.co/normatividad/leyes/reforma-tributaria-ley-1819-de-2016.html>. Acesso: 08/08/2020.
- [27] Gobierno De Colombia. (2020d, Marzo 17). Decreto 417 De 2020. Por El Cual Se Declara Un Estado De Emergencia Economica, Social Y Ecologica En Todo El Territorio Nacional. Online. Disponible En: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?I=110334>. Acesso: 08/08/2020.